FISC ANFIPME

Jornal da Associação dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil em Minas Gerais

Mala Direta Básica

9912366969/2014-DR/MG

____Correios.



FECHAMENTO AUTORIZADO PODE SER ABERTO PELA ECT

ANO 34 | Julho de 2016 | Nº 217 | www.anfipmg.org.br

Os conselheiros eleitos para a gestão 2016/2018 assinaram termo de posse no dia 1º de julho de 2016, em singela cerimônia realizada na sede da ANFIP-MG, sob as bênçãos de um padre e de um pastor.

COTIDIANO, pg. 3





Representantes de entidades e especialistas discutem a reforma da Previdência Social (EM FOCO, pgs. 4 e 5).

FESTA JUNINA

Veja como foi a décima sétima edição do evento.

ACONTECE, pg. 7

AUDITOR TALENTO

Rita Guerra é a próxima a se apresentar, em 5 de agosto.

ACONTECE, pg. 7

PROMOÇÃO

Unimed-BH faz isenção de carência para novas adesões.

DEBATE, pg. 8

REAJUSTE

Acordo salarial arrastado mobiliza entidades.

DEBATE, pg. 8

Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil em Minas Gerais ANFIP-MG

Fundador: Benedito César

CONSELHO EXECUTIVO

Titulares

Ilva Maria Franca Lauria

Ana Lúcia Guimarães Silva

Vice-Presidente Mara Calábria

Vice-Presidente de Administração Maria José Soares Freire Vice-Presidente de Finanças e

Maria José Comanduci

Vice-Presidente de Políticas de Classe e Cultura Profissional

Marcos Barbonáglia da Silva

Vice-Presidente de Comunicação e Relações Públicas

Maria Lisboa Macedo Vice-Presidente de Aposentados e Pensionistas e Serviços Assistenciai

Maria Teresa Teixeira de Lara residente de Esportes e

Lázaro Idino Bagliano

Vice-Presidente de Assuntos

Jurídicos

Suplentes Nelson Madalena Penitente

Maria da Consolação Santos Oliveira

Maria de Fátima Carvalho Ponzo

Walter Gandi Delogo

Angela Maria de Carvalhais Levy 5° Suplente

CONSELHO FISCAL

Titulares Sebastião Lenes Freire Murta Presidente Maria Madalena Vieira

Ana Emília W. Roosevelt Coutinho

Suplentes Maria Madalena Teodoro

1° suplente **Ângela Maria Lamounier**

Gabriel da Silva Neto

REPRESENTANTES ANFIP-MG

Wânia de Fátima Paiva Pimentel

Gabriel da Silva Neto

(Contagem) Inês Rodrigues Calil Daher

erlândia) Lázaro Idino Bagliano (Coronel Fabriciano e Gov. Valadares)

O FISC

EDITORIAL

CENÁRIO DESAFIADOR

Estão lançados os desafios para as próximas semanas. Serão períodos difíceis, que exigirão muita luta e mobilização dos novos Conselhos Executivo e Fiscal que iniciam o trabalho à frente da ANFIP-MG (biênio 2016/2018). Não menos importante - pelo contrário -, é imprescindível o engajamento irrestrito de todos os associados nas demandas que surgem.

Um dos problemas mais sensíveis que se põem "à mesa" aponta para o iminente risco da perda de direitos pelos Auditores-Fiscais. O projeto que viabilizará o acordo salarial aprovado pela categoria em março de 2016, até o fechamento desta edição do jornal O Fiscal, não havia sido encaminhado ao Congresso Nacional. Pelo acordo, ficou estabelecido o pagamento de Bônus de Eficiência (BE), SEM PARIDADE entre Auditores ativos, aposentados e pensionistas, e a transformação da remuneração por subsídio em vencimento

Entretanto, a demora do envio do projeto, segundo fontes oficiais, parece estar ligada a dificuldades técnicas e jurídicas em se estender o BE aos aposentados e pensionistas. Diante desse cenário, a ANFIP Nacional - que não assinou o Termo de Acordo Salarial firmado entre a entidade sindical e o Ministério do Planejamento (MPOG), que altera a forma de remuneração sem preservar a paridade - realiza, no dia 26 de julho, uma Assembleia Geral Extraordinária (AGE) para avaliar, entre seus associados, se deve defender proposta substitutiva de manutenção do subsídio e da paridade, sobretudo pela via jurídica.

Nesse sentido, a participação de todos é fundamental, para que a ANFIP proteja os reais interesses da maior parte da categoria (a entidade solicitou um parecer jurídico que concluiu que 94% dos mais de 30 mil Auditores-Fiscais fazem jus à paridade, preenchidos os requisitos para tal).

Outra demanda importantíssima, que requer intensa mobilização, é a potencial reforma da Previdência - que afetará tanto trabalhadores da iniciativa privada quanto servidores públicos - e o PLP 257/2016 e a PEC 241/2016, que impõem contrapartidas duríssimas à renegociação das dívidas dos estados, DF e municípios com a União. Entre essas contrapartidas estão o congelamento salarial e a demissão de servidores públicos, suspensão de concursos, redução de serviços prestados à população, aumento da contribuição previdenciária dos trabalhadores e dos servidores ativos, aposentados e dos pensionistas, aumento da idade mínima para aposentadoria de homens e mulheres, entre outras agressões.

Diante disso, entidades sindicais e representativas de servidores públicos - entre elas a ANFIP-MG - e movimentos sociais, realizam, em agosto, uma audiência pública para apresentar argumentos contra as propostas e mobilizar toda a sociedade.

Não podemos permitir que o Estado, sob o pretexto de fazer ajustes fiscais para contornar a crise econômica, repasse à já sofrida sociedade a conta do descalabro provocado por sua má gestão. Que não fiquemos inertes!

EX-PRESIDENTE

Serenidade e empenho para vencer desafios



Assumi a presidência do Conselho Executivo da ANFIP-MG em janeiro de 2016. em substituição ao colega Afonso Ligório, que se afastou por motivo de doença. Desde então, encarei com serenidade e com o apoio irrestrito de todos os integrantes do Conselho

a tarefa de levar adiante as ações necessárias ao bom desempenho do cargo e ao fortalecimento de nossa Associação.

Foram muitos os desafios nesses quase seis meses de trabalho como presidente, com uma ampla pauta a ser cumprida.

A reforma da sede da ANFIP-MG foi um deles. Há muito tempo almejada e não implementada, foi preciso muito empenho para levar adiante o projeto. Contratamos e executamos o projeto elétrico e de telefonia da sede. Foi igualmente necessária a adoção de inúmeras providências para garantir a segurança de todos que frequentam a entidade associados, conselheiros e funcionários. Um cuidado especial foi dedicado à análise das condições de uso do Salão de Eventos Lúcio Avelino de Barros.

Outro fato que considero importante foi a decisão, em sintonia com o Conselho Executivo, de impetrar o Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar, visando preservar o direito à paridade entre ativos, aposentados e pensionistas.

Ressalto ainda minha participação efetiva na comissão criada para planejar e organizar o VII Encontro de Aposentados e Pensionistas da ANFIP-MG, na aconchegante cidade de Monte Verde, no sul de Minas.

Como vice-presidente Executiva, empossada em julho de 2014, posso dizer que cumpri, com muito zelo, todas as atribuições ditadas pelo Estatuto Social. Entre elas, destaco as ações que viabilizaram a participação dos associados da ANFIP-MG no II Encontro do Sudeste dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, realizado no Rio de Janeiro/RJ, em novembro de 2014; contribuição para incluir no passeio a São Lourenço, organizado pela representante em Juiz de Fora, Cecília Buzzeli, associados de outras regiões do estado; e as providências para inauguração do retrato da ex-presidente do Conselho Executivo, Ilva Franca Lauria, na galeria dos ex-presidentes.

> Sineida Ribeiro Sales Presidente Conselho Executivo 01/2016 a 06/2016

Luiz Roberto Aguiar Marcos Barbonaglia da Silva (Poços de Caldas) Maria Inês Pereira Dias

Maria Regina de Souza (Varginha) **Albertina Maria Fonseca**

(Sete Lagoas) Reginaldo Marques Botelho (Montes Claros)

Conselho Editorial

Ilva Franca Lauria, Ana Lúcia Guimarães, Marcos Barbonaglia da Silva e Jamir Campos de Cerqueira

> Jornalista responsável: (Reg. Prof. MG 15069 JP) Editoração eletrônica: Giuliano Peixoto

Tiragem: 1.500 exemplares

Fale com a ANFIP-MG: (31) 3201-3582 | Fax: (31) 3201-4829 Email: anfipmg@anfipmg.org.br Site: www.anfipmg.org.br End.: Rua Carijós, 150, 7º Andar, Centro, Belo Horizonte-MG

Os artigos assinados são de inteira nsabilidade de seus autores e não refletem, necessariamente, a opinião do jornal ou da ANFIP-MG

NOVOS ASSOCIADOS

Oto Teixeira Filho | Pensionista-BH

Reinaldo Magela Reis | Ativo-BH

Mara Helena Resende Gomes | Ativa-Contagem

AANFIP-MG agradece aos novos associados e se compromete a aprimorar cada vez mais as ações que atendam, de forma efetiva, aos interesses e expectativas de todos em favor do fortalecimento e da união de toda a categoria.

FALE CONOSCO











(31) 3201-3582



Novos conselheiros da ANFIP-MG formalizam início da gestão

Em singela cerimônia e sob as bênçãos de um padre e de um pastor, os membros dos Conselhos Executivo e Fiscal da gestão 2016/2018 assinaram termo de posse

Os conselheiros da Associação eleitos para exercer mandato no biênio 2016/2018 tomaram posse em cerimônia realizada na sede da entidade no dia 1º de julho de 2016. Na ocasião, foi divulgada a composição dos cargos, definidos em reunião realizada no dia anterior (confira a relação abaixo).

O evento contou com a presença dos novos conselheiros, seus suplentes, membros dos Conselhos da gestão 2014/2016, do ex-presidente José Lamacié Ferreira, da associada Maria Geralda Vitor - que compõe o Conselho Fiscal da ANFIP - e dos integrantes da Comissão Eleitoral, cujo presidente, João Sérgio Nazareth, deu posse aos eleitos. Os funcionários da entidade também participaram da cerimônia.

Inicialmente, foi celebrado um ato de fé e reflexão em agradecimento pelas bênçãos recebidas, com um pedido de proteção para a Associação e todos que dela fazem parte, sobretudo para os conselheiros que iniciam sua jornada à frente da entidade.

Agradecimentos e projeções



Em seu discurso, a presidente do Conselho Executivo (CE) na gestão 2014/2016, Sineida Ribeiro Sales, ressaltou os desafios enfrentados durante os quase seis meses em que ocupou a Presidência do CE, lembrou sua atuação ao longo de todo o biênio e agradeceu o apoio que recebeu de todos os conselheiros e assessores, funcionários e associados. Ela ainda desejou muito sucesso aos novos conselheiros.

A presidente do Conselho Fiscal (CF) no biênio 2014/2016, Terezinha de Jesus Franco Gonzaga, também fez questão de agradecer o carinho e o acolhimento do Conselho Executivo e dos funcionários, ressaltar o aprendizado que teve no convívio com as outras integrantes do CF e exaltar a capacidade de entrega dos membros do CE, em detrimento, muitas vezes, da família e de atividades pessoais. Terezinha também desejou muito êxito e felicidades aos conselheiros que iniciam o mandato.

O atual presidente do CF, Sebastião Lenes Freire Murta, felicitou os conselheiros que tomaram posse e externou o compromisso de exercer, com dedicação, as competências impostas pelo Estatuto Social da ANFIP-MG - especificamente, efetuando o controle das ações da entidade e zelando pelo seu patrimônio -, retribuindo a confiança depositada pelos associados.

A nova presidente do Conselho Executivo, Ilva Franca Lauria, externou muita alegria ao ver associados que já participaram de outras gestões de volta ao Conselho Executivo para ajudar nas lutas com o propósito de manter e resgatar direitos. Ela exaltou a vontade de continuar contribuindo para o progresso da Associação.

Ilva Franca ainda agradeceu aos membros dos Conselhos Executivo e Fiscal no biênio 2014/2016, os representantes no interior, a Comissão Eleitoral, os assessores e os funcionários da ANFIP-MG e, especialmente, à sua família e ao ex-presidente, Afonso Ligório.

Por fim, em nome do Conselho Executivo, ela propôs uma gestão compartilhada com os associados, ressaltando que somente a união e o trabalho podem levar à evolução.

O presidente João Sérgio Nazareth agradeceu aos demais membros da Comissão Eleitoral pela dedicação e trabalho prestado durante as eleições.

CONSELHO EXECUTIVO

Titulares

Ilva Maria Franca Lauria **Presidente**

Ana Lúcia Guimarães Silva

Vice-Presidente Executivo Mara Calábria

VP de Administração Maria José Soares Freire

VP de Finanças e Patrimônio Maria José Comanduci

VP de Pol. Classe e Cult. Profissional

Marcos Barbonáglia da Silva
VP de Comunicação e RP

Maria Lisboa Macedo VP Apos. e Pens. e Serv. Assistenciais

Maria Teresa Teixeira de Lara

VP de Esportes e Eventos Sociais Lázaro Idino Bagliano

VP de Assuntos Jurídicos

Suplentes

Nelson Madalena Penitente

1º Suplente

Maria da Consolação Santos Oliveira **2º Suplente**

Maria de Fátima Carvalho Ponzo

3° Suplente

Walter Gandi Delogo

4° Suplente

Angela Maria de Carvalhais Levy **5º Suplente**

CONSELHO FISCAL

Titulares

Sebastião Lenes Freire Murta

Presidente

Maria Madalena Vieira

Coordenadora

Ana Emília W. Roosevelt Coutinho

Relatora

Suplentes

Maria Madalena Teodoro 1º suplente

Ângela Maria Lamounier

2º suplente

Gabriel da Silva Neto

3° suplente



AUDIÊNCIA PÚBLICA

Entidades rechaçam propostas de reforma da Previdência

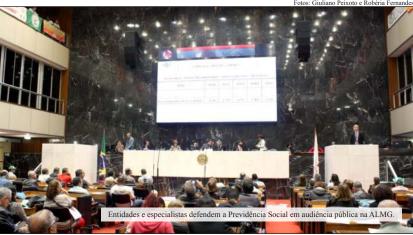
Aconteceu no dia 23 de junho, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), em Belo Horizonte, uma audiência pública para discutir a reforma da Previdência Social proposta pelo governo Michel Temer. O evento contou com a presença de mais de 120 entidades sindicais, associações e movimentos sociais, que lotaram o plenário e as galerias da Casa. Na ocasião, também foi lançada a Frente Parlamentar e Popular Mineira em Defesa da Previdência Social.

A audiência foi requerida pelo presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social da ALMG, o deputado estadual Celinho do Sinttrocel (PCdoB), por iniciativa de entidades representativas dos servidores públicos e trabalhadores em geral, entre elas a ANFIP-MG. Os deputados federais Weliton Prado (PMB/MG), Laudívio Carvalho (SD/MG) e Subtenente Gonzaga (PDT/MG) apoiam a Frente Parlamentar e também marcaram presença no evento. Ainda estiveram presentes deputados estaduais e vereadores.

Especialistas no tema argumentaram contra a reforma proposta e ainda desmistificaram o déficit da Previdência, uma das justificativas usadas para propor alterações nas regras do sistema. Representaram a ANFIP-MG a então presidente do Conselho Executivo, Sineida Ribeiro Sales, e os então vice-presidentes Ana Maria Morais da Silva, Bernadette Mourão Duarte, Décio Bruno Lopes e Ilva Franca Lauria.

Todos contra cinco itens

Na abertura da audiência, o deputado Celinho do Sinttrocel se colocou contra cinco itens da reforma que está sendo proposta: 1) idade mínima de 65 anos para aposentadoria; 2) au-



mento do tempo de contribuição/idade para as mulheres; 3) igualar regras da aposentadoria rural e urbana; 4) que o piso do INSS seja inferior ao salário mínimo e que as regras de revisão reduzam o poder de compra das aposentadorias e pensões; 5) aumento da contribuição previdenciária do trabalhador.

Celinho aproveitou para lançar, oficialmente, a Frente Parlamentar e Popular Mineira em Defesa da Previdência Social, "que busca a unidade de força, para que possamos barrar esse crime que estão tentando cometer contra o povo brasileiro", pontuou.

O lançamento da Frente repercute em Minas Gerais o relançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social, que aconteceu no Congresso Nacional no final do mês de maio - iniciativa do senador Paulo Paim (PT/MG) e do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP), por sugestão da ANFIP e da Fundação ANFIP - e se posiciona a favor dos trabalhadores, dos aposentados e pensionistas na discussão de uma nova mudança nas regras da Previdência.

A então vice-presidente de Política de Classe e Cultura Profissional da ANFIP-MG, Ilva Franca Lauria, ressaltou a importância de o movimento ser suprapartidário, para que o foco

das entidades seja, exclusivamente, a luta contra a perda de direitos previdenciários. "Temos que nos unir e mostrar para o governo que somos fortes e não vamos permitir que acabem com os nossos direitos. Existem pessoas aqui com posições políticas divergentes. Mas, agora é o momento de nos unirmos em torno do objetivo comum, que é dizer não às propostas de alteração da Previdência que aí estão colocadas", argumentou.

O presidente da Delegacia Sindical do Sindifisco Nacional em Belo Horizonte (DS BH), Gabriel Correa Pereira, refutou a gestão da previdência pública sob a ótica de uma previdência privada. Segundo ele, nessa abordagem privatizante, o paradigma do déficit é defendido na grande mídia, sobretudo, pelos economistas dos grandes bancos que têm a intenção exclusiva de vender seus planos particulares. "Isso não se sustenta à primeira rodada de argumentações. O que a Frente Parlamentar e Popular Mineira em Defesa da Previdência está colocando é a defesa da Constituição, da Seguridade Social que resguarda o mínimo de uma rede de proteção social. É preciso encarar a Previdência Social não como uma simples despesa ou simples contrato feito entre o trabalhador e um banco, mas como uma das políticas sociais mais importantes desse país", salientou.



PLP 257 E PEC 241/2016

Junto com outras entidades, ANFIP-MG assina manifesto contrário às matérias

A Frente Mineira de Defesa dos Serviços Públicos, coordenada pela presidente do Conselho Executivo da ANFIP-MG, Ilva Franca Lauria, produziu um manifesto contra o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 257/2016 e a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 241/2016. As matérias - sob o argumento de fazer a renegociação da dívida dos estados, do Distrito Federal e dos municípios - impõem a redução de serviços públicos prestados à população, suspensão de concursos públicos, congelamento salarial e demissão de servidores, venda do patrimônio público, aumento da contribuição previdenciária dos trabalhadores

e dos servidores ativos, aposentados e dos pensionistas, aumento da idade mínima para aposentadoria de homens e mulheres, entre outras agressões.

Para agravar a situação, a Câmara dos Deputados aprovou, em 12 de julho, por 335 votos, o regime de urgência na apreciação do projeto.

As entidades que assinam o manifesto questionam uma verdadeira agiotagem oficial no pagamento da dívida à União, provocada pela forma de cálculo (juros compostos), que transformou a dívida numa bola de neve.

O caso da PEC 241/2016 é ainda pior: ela pretende acabar com a vinculação de parte da

receita dos estados e municípios aos gastos com saúde e educação, estabelecidos pela Constituição Federal. Tudo para sobrar mais dinheiro para entregar a bancos e rentistas.

Diante disso, a Frente Mineira conclama os parlamentares mineiros e os cidadãos a se manifestarem contra mais essa agressão aos seus direitos e a destruição dos serviços públicos, defendendo uma renegociação que garanta soberania nacional, preserve o pacto federativo e atenda as necessidades da população.

Para ler o manifesto na íntegra, acesse o endereço: http://goo.gl/Xanba3.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Especialistas debatem propostas de alteração na Previdência



A audiência pública em defesa da Previdência Social, realizada no dia 23 de junho de 2016, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), em Belo Horizonte, contou com a presença de dois especialistas na matéria. O Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, Vanderley Maçaneiro, e o conselheiro consultivo do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), Marcelo Barroso, foram contundentes em afirmar que as alterações propostas pelo governo não são adequadas e devem ser rechaçadas.

Vanderley Maçaneiro deu uma aula sobre os desvios de finalidade impostos aos recursos da Previdência e Seguridade Social ao longo do tempo e derrubou, definitivamente, o falacioso déficit, alardeado pela grande mídia e pelo governo.

O Auditor-Fiscal começou sua exposição chamando atenção para as renúncias que acontecem no âmbito do sistema, que, embora tenham seu propósito na política de desenvolvimento econômico e industrial, não são tratadas pelos governos com a devida técnica (confira a apresentação completa no endereço http://goo.gl/UBVhZv).

Para Maçaneiro, não se pode fazer renúncia com contribuições que financiam saúde, previdência e assistência social, mas sim com impostos. "E o que acontece no Brasil? A partir de 1994, o Governo Federal começou a aumentar as contribuições sociais, para não dividi-las com os estados e municípios. Ao mesmo tempo, o Congresso Nacional se vingou: toda vez que havia uma proposta de redução tributária, ela só caminhava se incidisse sobre contribuições sociais. O resultado disso: quem paga é povo", lamenta.

Em seguida, mostrou, por meio de tabelas, o montante proveniente de renúncias incidentes sobre a contribuição previdenciária da folha de pagamentos, as demais contribuições sociais (cujo valor, em 10 anos, foi multiplicado por 10, saindo de R\$ 8 bilhões em 2005, para R\$ 87 bilhões em 2015) e os recursos que foram desvinculados através da DRU (desvinculação das receitas da União). De acordo com ele, esse montante ficou em torno de R\$ 190 bilhões, sendo R\$ 40 bilhões das contribuições previdenciárias, R\$ 87 bilhões de outras contribuições sociais e mais de R\$ 60 bilhões da DRU. "Isso a grande mídia não fala. Então, se vamos

discutir a reforma da Previdência, não pode ser sob a ótica de que não há recursos. Com essas renúncias, é óbvio que o discurso da reforma fica cada vez mais amparado. Tudo isso é feito de caso pensado. Se olharmos para o PIB, percebemos que há um decréscimo. Isso é lógico, quanto mais se renuncia, menos se arrecada", argumentou.

Vanderley Maçaneiro ainda falou sobre os recursos que deixam de ser arrecadados com a dívida ativa em relação às contribuições previdenciárias, que não é cobrada dos devedores. Segundo o especialista, esse assunto merece uma mudança na legislação. "Em 2015, tínhamos para cobrar dos nossos devedores cerca de R\$ 350 bilhões. Quer dizer que o Auditor-Fiscal constituiu o crédito, lançou, a empresa se defendeu, perdeu a demanda, não pagou, foi inscrita em dívida ativa (excluídos os refinanciamentos) e o valor gerou um estoque. Em 2015, pasmem, foi cobrado apenas cerca de um bilhão de reais, o que representa míseros 0,32% de todo o montante", lamentou. "Então, além de quase R\$ 200 bilhões de renúncias, ainda temos R\$ 350 bilhões para serem cobrados", completou.

A FALÁCIA DO DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO

Para desmistificar o déficit, Maçaneiro tomou por base estudo que é feito todo ano pela ANFIP e pela Fundação ANFIP. "Tomamos as contas governamentais e fazemos uma alocação de acordo com o que determina Constituição Federal. E ela foi muito empreendedora ao criar esse conceito de seguridade social, definindo uma série de fontes para financiá-la: folha de salários, faturamento, concursos de prognósticos, importação e até CPMF. De toda a arrecadação federal, 56% são destinados para a área da Seguridade Social, o que representa um volume de recursos espetacular e tem um custo alto para a sociedade, pois é ela que arca com essa arrecadação. Nós procuramos demonstrar o que se arrecada com todos os tributos e contribuições que foram criados para financiar a Seguridade", observou.

De acordo com Maçaneiro, para se chegar ao déficit, é tomada apenas a contribuição previdenciária sobre a folha de pagamentos – R\$ 350 bilhões, em 2015 - e somente essa contribuição isoladamente é comparada com todos os benefícios previdenciários (aposentadoria urbana, rural, invalidez, salário-família, salário-maternidade, auxílio-doença, enfim, todos os benefícios da Previdência), que somaram, em 2015, R\$ 436 bilhões. "Fazem essa conta e acham um resultado negativo de R\$ 85 bilhões. Mas, na verdade, o cálculo que deve ser feito é tomar a cesta de tributos composta pela receita previdenciária líquida (folha de pagamento), Cofins, CSSL, Pis/Pasep, recursos do FAT etc - e que, em conjunto, permitiu uma arrecadação de R\$

694 bilhões, em 2015 - e subtrair por todos os gastos na área da Seguridade (aposentadoria, seguro-desemprego, bolsa-família e assim por diante), incluindo previdência, assistência e saúde, cujo valor ficou em R\$ 683 bilhões, em 2015. Isso gera um superávit de R\$ 11 bilhões", demonstrou

Portanto, para Maçaneiro, não existe déficit e os números são colocados de acordo com a conveniência de quem os utiliza.

"A reforma deve ser estrutural"



Em sua exposição, Barroso afirmou que não se pode aceitar uma reforma que não altere a estrutura do sistema e sem que haja planejamento para efetivá-la. "Não podemos ter reformas pontuais, improvisadas. Isso não vai resolver o problema da Previdência. É preciso tirar todo o custeio da Previdência e da Seguridade Social das mãos de governos. Isso significa que, mudando governos, elas continuarão as mesmas. Previdência é prever situações de agora para o futuro. É preciso ter planejamento", afirmou.

Outro ponto defendido pelo jurista diz respeito à criação do Ministério da Seguridade Social, em detrimento da extinção, recentemente, do Ministério da Previdência Social, para fortalecer, como a CF88 determina, as áreas da saúde, previdência e assistência Social, em conjunto.

Ele mencionou o equívoco dos governantes em proceder com a desvinculação das receitas da União (DRU), cujo percentual de 20% está em vias de ser majorado pelo Congresso Nacional para 30%. "Como a Previdência é deficitária se dela se retiram 20%? É a mesma coisa de você estar no cheque especial e conseguir emprestar dinheiro a alguma pessoa. Isso fere qualquer lógica. A Previdência não é deficitária. Pelo contrário, ela é superavitária, mas mal gerida. Não podemos aceitar essa desvinculação. A contribuição do trabalhador tem que ir para a saúde, para a previdência, para a assistência e não para outras áreas que têm fomento próprio", afirmou.



ANIVERSARIANTES

A ANFIP-MG

deseja muitas felicidades, saúde e Paz

a topos

topos os aniversariantes

meses de Julho, agosto e setembro.

JULHO

Adylles Cheab Santiago de Crestoni	0
Heloisa Maria e Moura Linhares	0
Inês Zanetti	0
Bernadete Cristina Luz Brochado	0
Félix Borém de Oliveira	0
Janete de Oliveira Pinheiro Armond	0
José Bonifácio Pereira	0
Judite Izabel Reis	0
Fernando de Bulhões Lacerda Pereira	0
José Carlos Pereira Júnior	0
Leonarda Costa Matos	0
Maria Angélica Salomé	0
Maria do Carmo Lage Soares	0
Washington Luiz de Souza	0
Ivonilde Rodrigues Milagres	0
Marcos Tadeu Rodrigues Vieira	
Maria da Glória dos Anios Pena	0

Maria Elisabeth Vieira	06
Maria Helena Araújo	06
Wilson Marinho	06
Andréa Maria de Castro Teixeira Franco	08
Maria Madalena Theodora	08
José Maria Borges	
Luiz Roberto Aguiar	
Renato da Silva Gonzaga	
Vânia Rodrigues Alves de Meneguetti	
Célia Lúcia Faria de Alvarenga	
Arilton de Paula Faria	
Ednor Santos Fuchs	
Jacira Miranda Cavalini	12
Nilton Santos de Sena	12
Delcy Portes Ervilha	
Hilda Silveira de Moraes Oliveira	13
Ivanete Tânia Silva Gontijo Figueiredo	
Maria de Lourdes Pereira Moreira	
Maria Mônica de Castro R. Silva	13
Maria Regina de Souza	
Maria Lúcia Dâmaso	

Thais Ramos Tannure	14
Clélia Perotti Cantudo	15
Dilcea Canabrava Viana	15
Heloísa Costa e Silva	15
Adilson Monteiro Gonzaga	18
Arnalda dos Santos Ferreira	18
Eliana Maria Vilas Boas Moras	18
Tânia Régia Silva Nunes	18
Lourdes Piedade da Fonseca	
Giselle Libânio Beghini Percope	20
Maria Christina Lima Rocha	
Paulo Vicente de Azevedo	20
Tânia Aparecida de V. Pedroso Balbo	20
Wilson Silva de Miranda	
Aciclea Verdolim Barbosa	21
Adelmo França Malta	21
Maria José Soares Freire	21
Neuza da Paz Matozo Oliveira	21
Daisy Coutinho Brandão	22
Nelson Madalena Penitente	
Jair Arcanjo Ribeiro	23
2	

Maria Célia Cordeiro Tupynambá	23
Mária Luiza Jorge	23
Antônio Augusto Roman	24
Theresa Martha Vieira Peixoto	24
Walkyria Gianna B. O. Barcelos Corrêa	24
Ângela Maria Lamounier	25
Anna Lúcia de Almeida	25
Hilda Pereira Barroso	27
Renato Orozimbo de Oliveira	27
Fernando Luiz Duque Estrada	28
Ana Maria dos Reis	29
Gilvano Monteiro Alvarenga	29
Lucília Aarão Rodrigues	29
Maria de Fátima Silva Santos	29
Vanda da Conceição Tavares	29
Vicente Carlos Hippert Soares	29
Geralda de Lourdes Pereira Possa	30
HildaTurci	30
Ana Lúcia Salgado dos Santos	
Maria Elisa Ruas	31

AGOSTO

Ilza Rodrigues de Souza	01
Etelvina Maria da Rocha	02
Gercino Parreiras da Silva	02
Joaquim Jarbas de Oliveira Viana	02
Olga Rodrigues de Paula	02
José Aparecido de Castro	03
Sebastião Carvalho	03
Celma Marques Modesto	05
Dileia Marly Thomaz Siuves Tavares	0
Helena Carvalho da Fonseca	08
Maria Ignez Paes Barreto	08
Helio Fabio Pereira	10

Edward Castro Dias	11
Maria da Conceição Souza Linhares	11
Clarice de Almeida Mesquita	12
Dimas Antônio Alves da Silva	12
Lídia Maria de <mark>M</mark> oura Rocha	12
Teresa Cristina <mark>de</mark> Oliveira Rosa	12
Valquíria Valadão	
Maria Lúcia Carazza Ferreira	13
Mariza Barbosa de Abreu Leonardo	
Ivone Amâncio da Silva	15
Mônica Assunção Polignano	15
Nilton Machado	15
Evandro Cesar de Almeida Carneiro	16
Maria das Graças Rocha da Silva	16
Milton Walter dos Santos	16
Danilo Drumond Avelino	17
José da Cruz Machado	17

Vicentina Gonçalves Vieira Silvério	17
Clélia Perazzoni Gabriel	18
Oscar Pedrosa	18
Ana Maria Morais da Silva	19
Helenice Silva Rocha	19
Cláudio Maia	
Geraldo José Januário	20
José Fabiano	20
Maria Stella Gazzinelli de Oliveira	20
Luci Porto Teixeira Leite	21
Maria da Glória Ferreira Pimenta	21
Paulo Alvarenga de Faria	21
Valéria Ragonezi Resende Avelino	21
Ângela Maria Moreira Canut	23
Eunicio França	24
José Maércio Pereira	24
Nanci Bicalho de Pádua Freitas	24

Vânia Maia Neves	24
Juliana de Araújo Mart Alves	25
Luiz Sérgio Fonseca Soares	25
Maria das Graças Maciel Vidigal	25
Marilia Garcia Iglesias F. Amaral	25
Cristina Mendes Raid	27
Ivoni Veneranda Gobbi Lima	27
Agostinha Duarte Lobo	28
Ilva Maria Franca Lauria	28
Norvindo Teixeira Trindade	28
Rosimeire da Silva	28
Maria Letícia Rocha Pimenta	29
Carlos Luiz Silva	30
Mário Lúcio Guerra	30
Licurgo Leão Silveira	31
Valdelice Cunha de Almeida	31

SETEMBRO

José Viana de Oliveira Filho	01
Mário Lúcio da Cunha	01
Eponina de Quadros Moreira	02
Maria Laurita dos Santos	03
Otília Gonçalez Ferreira	03
Pedro Baliana Neto	03
Maria Elvira Ogliaro	
Reinaldo Estevão Barros	04
Cristina Marques Gontijo	05
Edethildes Mendes Pinto	05
Paulo Sérgio Lages	
José Armando Estellai	07
Regina Ribeiro da Silva	07
Cláudia Cunha de Almeida	08
Márcio Soares Pereira	08
Sônia Maria Macedo de Rezende	08

José Sérgio de Andrade	09
Lêda Maria Mascarenhas Rocha	
Raquel Barroca Xavier Rocha	10
Andrea Mourão Vorcaro Toledo	
Lamarck Carvalho Reis	11
Sebastião Bolivar Guerra Lage	
Lady Apparecida Machado Coutinho	12
Maria de Fátima Vital	12
Janete Feler	
Maurilio Carneiro Coura	13
Regina Coeli Sisterolli Rogana	13
Ana Emília W. Roosevelt Coutinho	
Áureo Gaudêncio	14
Cláudio Carneiro Pinto	14
Elza Ferraz de Castro	14
Nice Coelho de Andrade	14
Rosane Maria Ferreira da Silva	14
Herbert Monteiro Andrade	
Maria das Gracas Santos Timponi	

Maria das Merces Soares10
Maria Elizabeth de Faria Kindlé16
Layrdes Coelho Pinto Oliveira17
Márcia Grossi de Mattos17
Sandra Maria Ricaldoni Lima17
Cléa Márcia de Almeida
Fernando Mota Moura18
Lúcio Perotti Cantudo18
Maria das Graças Miranda Horta18
Teresa Cristina de Faria e Silva18
Maria Eterna Martins de Oliveira19
Atayde José Guimarães
Maria das Dores Cardoso Rodrigues20
Sylvio de Almeida Gonçalves20
Fernando Hugo Resende Salgado21
Rosane Barros Vianna Santos21
Livia Lara Reis22
Maria Regina Gomes Paletta22
Natividade Irene Cattete de Athayde23

Vinicius Alves da Cruz	23
Zelita Vidal de Freitas	23
Maria Aparecida Borges Lara	24
Beatriz Campos Brasil da Fonseca	25
Maria do Céu Alvarenga	25
Sérgio Fontes Bessa	25
Simone Gomes de Faria	25
Claudio Dias Ferreira	26
Izabel Coutinho Pereira	
Ailton Pereira Botelho	
Maria Aparecida Machado	28
Maria Henriqueta Knüpfer	28
Rosângela Nunes Pereira	28
Yêda Therezinha Riveres Machado	28
Fernando Faria de Siqueira	29
Francisco Vianna Furquim Werneck	29
Jeane Maria Auxiliadora Coutinho	29
Mara Rúbia Figueiredo Cruz	29
Heliane Muniz Santos	30

FALECIMENTOS

Magda Brasiliense Guerra | Aposentada-BH (29/03/2016)

Lea Maria Drumond de Brito | Pensionista-BH (07/04/2016)

Juliana Braga Teixeira | Aposentada-Barbacena (10/05/2016)

Lúcia de Castro Lima | Pensionista-Juiz de Fora (11/05/2016) Maria José Ferreira Teixeira | Aposentada-BH (13/05/2016) Therezinha de Aquino Guerra | Aposentada-BH (02/07/2016)

A ANFIP-MG solidariza-se com os familiares e, aos colegas que se foram, que Deus ilumine seus caminhos.

ANFIP-MG PROMOVE MAIS UMA TÍPICA FESTA CAIPIRA

Forró, dança, comidas deliciosas e muita animação. Há ingredientes melhores para temperar uma boa festa caipira? Na XVII Festa Junina da AN-FIP-MG, realizada no dia 09 de julho de 2016, no sítio Chácara de Minas, em Belo Horizonte, teve tudo isso e mais uma bela apresentação de quadrilha do grupo São Mateus, da capital mineira, que encantou a todos.

Quem comandou o som foi o cantor Wander Batista e o grupo Toninho dos Oito Baixos e Trio Superquente, que apresentaram o melhor do cancioneiro popular e sertanejo de raiz, agitando bastante os convidados.

Pelo *buffet*, foram servidos caldos, feijão tropeiro, churrasco, cachorro quente, milho cozido, pipoca, além de variadas guloseimas, como pé-de-moleque, cocadas e cajuzinho, tudo preparado com muito primor.

Não obstante toda animação, foram feitos importantes anúncios sobre o atual cenário político-jurídico para os Auditores-Fiscais. A presidente do Conselho Executivo, Ilva Franca Lauria, e a vice-presidente de Administração solicitaram aos associados que ficassem atentos às novas mobilizações e que participassem ativamente, sobretudo na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da ANFIP, no dia 26/07.





O próximo Auditor Talento Musical traz a Auditora RITA GUERRA.

Data: 05/08, às 20h | Local: Trem de Minas (Av. Francisco Sá, 675, Prado. BH/MG).

Participações especiais dos Auditores Paulinho Faria, Terezinha Franco, Regina Paletta e Bernadette Mourão. Acompanhamento do violonista Marcílio Rosa.

Couvert: R\$ 20,00 | Reservas: (31) 3292-8153 ou (31) 98763-7397

Promoção e realização: ANFIP-MG e DS BH | Produção Cultural: Luiz Trópia



A ANFIP Nacional realizou, entre os dias 9 e 12 de junho, em parceria com a Agofip e com grande participação dos mineiros, o XV Encontro Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil. No evento, que aconteceu na Pousada do Rio Quente, em Rio Quente/GO, foram discutidos temas relacionados com assuntos técnico-fiscais, justiça fiscal e social e previdência pública.

Um dos principais pontos debatidos foi a questão da paridade entre ativos, aposentados e pensionistas. A defesa da Previdência também foi destacada, além da importância do trabalho do Auditor-Fiscal para a efetivação das políticas sociais oferecidas aos brasileiros.

O Encontro Nacional contou com cerca de 700 participantes de todo o país, que acompanharam ainda diversas palestras sobre tributação, qualidade de vida e motivação.





Acordo salarial sob risco, mobilização de volta

O cenário para os Auditores-Fiscais em relação à negociação salarial é bastante adverso! Aprovado pela categoria no final de março/2016, até o fechamento desta edição o projeto de lei que viabilizará o Termo de Acordo nº 2/2016 - firmado entre a entidade sindical e o Ministério do Planejamento (MPOG) - não havia sido encaminhado ao Congresso Nacional.

O documento prevê reajuste escalonado em quatro anos, com a primeira parcela paga em agosto de 2016, o que pode não ocorrer, devido à exiguidade do prazo. Além disso, foi estabelecido o pagamento de um Bônus de Eficiência (BE) sem paridade entre Auditores ativos, aposentados e pensionistas, e

a transformação da remuneração por subsídio em vencimento básico, uma perda considerável para cerca de 94% dos Auditores de todo o país, segundo parecer jurídico solicitado pela ANFIP Nacional

De acordo com fontes oficiais, a demora no envio do projeto de lei com os termos acertados parece estar relacionada a dificuldades técnicas e jurídicas em se estender o BE aos aposentados e pensionistas.

Diante desse cenário, a categoria decidiu, no fim de junho/2016, retomar a mobilização que havia sido suspensa após as negociações com o governo.

Em razão da gravidade da situação, a AN-FIP Nacional - que não assinou o Termo de

Acordo Salarial - realiza uma Assembleia Geral Extraordinária (AGE) - no dia 26 de julho de 2016, de forma presencial, na sede da entidade (Brasília-DF), ou por votação através de correspondência (carta-resposta; o material foi encaminhado a todos os associados) - para avaliar se deve defender proposta substitutiva de manutenção do subsídio e da paridade, inclusive pela via jurídica. A AN-FIP-MG realiza reunião com os associados no dia 20/07, para esclarecer pontos da AGE.

É fundamental que toda a categoria se mobilize agora, pois a perda de direitos pode ser irreparável e definitiva. Fique atento aos comunicados e participe de todas as atividades que estão por vir!

PROMOÇÃO

Isenção de carência Unimed-BH

A Unimed-BH está realizando mais uma promoção de isenção de carência para novas adesões aos planos de saúde administrados pela Aliança Administradora, para associados da ANFIP-MG. A promoção vai de 16 de julho até 15 de agosto de 2016.

Nesse período, haverá aproveitamento parcial de carência para as pessoas que vierem de outros planos de saúde. Se o interessado ainda não for associado da ANFIP-MG, deverá comparecer à Associação, preencher a ficha para se filiar e, em seguida, será fornecida a declaração de associado. O pagamento das mensalidades ocorrerá por meio de débito em conta.

Documentação necessária para adesão:

- CPF
- Carteira de identidade
- Comprovante de residência
- Último contracheque ou uma declaração de vínculo com a ANFIP-MG

No caso de agregados, será necessário levar uma declaração da ANFIP-MG autorizando a adesão ao plano como titular.

Os reajustes de planos de saúde coletivos ocorrem sempre na data base do contrato feito entre a entidade (no caso, ANFIP-MG) e a administradora (Aliança), independente do período em que o cliente tenha feito sua adesão. No caso da ANFIP-MG, os reajustes acontecerão no mês de agosto de cada ano. Entretanto, os valores indicados nas tabelas ao lado valerão até julho/2017.

Analise e compare com seu plano de saúde atual e mude para a Unimed-BH!

Dúvidas podem ser esclarecidas pelo telefone (31) 3201-3582.

FAIXA	UNIMAX ESTADUAL		UNIPART FLEX ESTADUAL		UNIFÁCIL FLEX REGIONAL
ETÁRIA	ENFERMARIA	APARTAMENTO	ENFERMARIA	APARTAMENTO	ENFERMARIA
00 a 18	172,08	246,34	100,70	152,66	82,16
19 a 23	204,61	292,93	119,75	181,48	97,65
24 a 28	235,29	336,91	137,70	208,70	112,32
29 a 33	270,59	387,45	158,38	240,01	129,16
34 a 38	313,88	449,40	183,71	278,44	149,80
39 a 43	364,12	521,33	213,12	322,97	173,76
44 a 48	422,37	604,75	247,21	374,60	201,58
49 a 53	494,17	707,56	289,22	438,32	235,90
54 a 58	662,18	948,10	387,55	587,36	316,05
59 ou mais	1.032,34	1.478,13	604,20	915,68	492,75

Valores da coparticipação do plano UNIPART FLEX ESTADUAL:

PROCEDIMENTO	VALOR
Consulta Médica Eletiva	29,45
Exames/Procedimentos/Terapias reduzidas	9,85
Exames/Procedimentos/Terapias diferenciadas	27,62
Internação Enfermaria*	88,36
Internação Apartamento*	279,85
*Valor nago uma única vez para todo o período de internação	

Valor pago uma única vez para todo o período de internação

Valores da coparticipação do plano UNIFÁCIL FLEX REGIONAL:

PROCEDIMENTO	VALOR
Consulta Médica Eletiva	11,91
Exames/Procedimentos/Terapias reduzidas	11,91
Exames/Procedimentos/Terapias diferenciadas	24,00
Internação Enfermaria*	45,44
*Valor pago uma única vez para todo o período de internação	

Serviços Opcionais:

SERVIÇOS	VALOR
Plano Odontológico REDE DENTAL	29,45
Plano Odontológico ODONTOPREV	29,45
Transporte AEROMÉDICO	5,24

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO: AGF GONÇALO COELHO

RUA GONÇALO COELHO, 56, CIDADE NOVA. BELO HORIZONTE/MG. CEP: 31.170-970